



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

CONCORRÊNCIA Nº 002/2017

TIPO DE LICITAÇÃO: MAIOR VANTAGEM AO PODER PÚBLICO

DATA: 22/05/2017

HORÁRIO: 11:30 HORAS

LOCAL: Sala de Licitações deste Tribunal, localizada na Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, Barra Funda, São Paulo/SP.

OBJETO: Cessão Remunerada de Uso de Área Pública a Título Precário, destinada à implantação e operação de posto de atendimento bancário no Edifício Sede deste Tribunal.

VISTORIA: A vistoria é **facultativa** e poderá ser feita mediante envio de *e-mail* para Coordenadoria de Gestão Administrativa Predial (adm.predial@trtsp.jus.br), contendo data, horário, nome da empresa e nome de quem a realizará.

EDITAL

1 - DO OBJETO

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES “DOCUMENTOS” E “PROPOSTA”

4 - DA HABILITAÇÃO

5 - PROPOSTA

6 - ABERTURA DOS ENVELOPES

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

9 - DA ADJUDICAÇÃO

10 - DAS PENALIDADES

11 - DO TERMO DE CESSÃO

12 - DA REMUNERAÇÃO

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS: A - MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE USO

B - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

D - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MENOR

E - CARTA DE PREPOSTO

F - PLANTAS

DEFINIÇÕES:

EDITAL: Documento que contém as instruções para realização desta licitação.

TRT - 2ª REGIÃO: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

CONCORRENTE: Participante da licitação.

CESSIONÁRIA: Pessoa jurídica signatária do Termo de Cessão de Uso com o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

FISCALIZAÇÃO: A fiscalização e a gestão serão realizadas com o acompanhamento do presente Termo e das eventuais penalidades e serão exercidas pelo **CEDENTE** por Servidores designados por Portaria da Diretoria Geral da Administração (Ato GP nº 26/2015), nominando-o e a seu substituto, a qual será juntada ao processo quando da sua publicação



O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará processo licitatório para o objeto deste Edital em sua Unidade Administrativa I, situada na Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Barra Funda, São Paulo/SP, de acordo com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos. A modalidade desta licitação é a **CONCORRÊNCIA - MAIOR OFERTA AO PODER PÚBLICO**.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como objeto a **Cessão Remunerada de Uso de Área Pública a Título Precário, destinada à implantação e operação de posto de atendimento bancário, durante 60 (sessenta) meses**.

1.1.1 - **Localização:** A área a ser cedida localiza-se no Edifício Sede deste Tribunal, na Rua da Consolação nº 1.272, 1º andar, São Paulo/SP, em local medindo 56m².

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Não poderão participar desta licitação empresas que se enquadrem em uma ou mais das seguintes situações:

a) Que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal e/ou que possuem condenações cíveis por atos de improbidade administrativa.

a.1) Será verificado eventual descumprimento

b) Em consórcio ou associação, de acordo com o art. 33 da Lei 8.666/93;

c) Que estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

2.2 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como as empresas que não possuem condenações cíveis por atos de improbidade administrativa e que não tenham sido consideradas inidôneas e suspensas, sendo verificado eventual descumprimento das vedações, em nome da sociedade empresarial licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, mediante consulta ao:

2.2.1 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.2.2 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

2.2.3 – Cadastro das Empresas Inidôneas e Inabilitadas, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no endereço eletrônico portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas.



2.3 - **Retirada do EDITAL:** O Edital estará disponibilizado no *site* www.trtsp.jus.br ou poderá ser retirado na Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, 7º andar, Barra Funda, Coordenadoria de Compras e Licitações do TRT, das 11h30min às 18h.

3 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES “DOCUMENTOS” E “PROPOSTA”

3.1 - Até o dia, hora e no local fixados na página 01 deste Edital, cada concorrente deverá apresentar, simultaneamente, sua “**HABILITAÇÃO**” e “**PROPOSTA COMERCIAL**”, em envelopes separados, fechados e opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da denominação social do concorrente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1: “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

IDENTIFICAÇÃO: (INFORMAR NOME E CNPJ)

CONCORRÊNCIA: Nº 002/2017

OBJETO: Cessão remunerada de uso de área pública a título precário no EDIFÍCIO SEDE DESTE TRIBUNAL, localizado na Rua da Consolação nº 1.272 - 1º andar, nesta cidade, destinada à implantação e operação de posto de atendimento bancário.

ENDEREÇO: Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, Coordenadoria de Compras e Licitações, Barra Funda, São Paulo/SP.

ENVELOPE Nº 2: “PROPOSTA ”

IDENTIFICAÇÃO: (INFORMAR RAZÃO SOCIAL)

CONCORRÊNCIA: Nº 002/2017

OBJETO: Cessão remunerada de uso de área pública a título precário no EDIFÍCIO SEDE DESTE TRIBUNAL, localizado na Rua da Consolação nº 1.272 - 1º andar, nesta cidade, destinada à implantação e operação de posto de atendimento bancário.

ENDEREÇO: Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, Coordenadoria de Compras e Licitações, Barra Funda, São Paulo/SP.

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1 - Para habilitação, faz-se necessária a apresentação dos seguintes documentos no **ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**:

4.1.1 - Declaração de situação emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF constando **NÍVEIS VALIDADOS I, II, III, IV, VI e seus respectivos DOCUMENTOS COM PRAZOS VIGENTES**, cuja regularidade do cadastramento será confirmada por meio de consulta *online*, quando da abertura do envelope contendo a documentação.

4.1.1.1 - A Comissão Permanente de Licitações realizará consulta *online* ao Sistema de Cadastro correspondente, quando da abertura dos envelopes contendo a documentação, a fim de verificar que todos os documentos constantes do SICAF estejam dentro dos respectivos prazos de validade.



4.1.2 - Comprovação da inexistência de débitos inadimplidos (não constar do **Banco Nacional de Devedores Trabalhistas**) perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

4.1.2.1 - Tal situação será comprovada *online* por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a ser obtida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>.

4.1.3 - **Declaração** expressa do responsável pela empresa de cumprimento ao disposto no inciso **XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei n.º 9.854/99), conforme modelo constante do Anexo D deste Edital.

4.1.4 - **Autorização pelo Banco Central do Brasil** a funcionar como banco múltiplo com carteira comercial, banco comercial ou caixa econômica.

4.1.5 - Apresentar **Declaração de que é conhecedor das condições locais**, na forma do Anexo C deste Edital. Para tanto, poderá ser realizada a vistoria abaixo disciplinada:

4.1.5.1 - O CONCORRENTE interessado **poderá vistoriar** o local até **2 (dois) dias úteis antes** da data fixada para a abertura da sessão pública. Deverá marcar, junto à Coordenadoria de Gestão Administrativa Predial (adm.predial@trtsp.jus.br), a data e horário para realização de vistoria do local com o objetivo de inteirar-se das condições existentes.

4.1.5.2 - A solicitação via e-mail deverá conter data e horário da visita com nome do profissional que a realizará. Deverá ser **enviada com, pelo menos, 1 (um) dia útil de antecedência** para possibilitar, assim, as providências necessárias para sua realização;

4.1.5.3 - A vistoria é facultativa, poderá ser realizada em dias úteis entre 11 horas e 18 horas e será acompanhada pela Segurança do prédio.

4.2 - Os CONCORRENTES que não optarem pelo cadastramento no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF deverão apresentar:

4.2.1 - **HABILITAÇÃO JURÍDICA**: Para comprovar a habilitação jurídica, o CONCORRENTE deverá apresentar documento de constituição, em que conste, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatível com o objeto da licitação, compreendendo:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.2.2 - **REGULARIDADE FISCAL**:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do CONCORRENTE, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONCORRENTE,
- d) Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.2.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com pesquisa não anterior a 60 (sessenta) dias da data prevista para abertura dos envelopes "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".

a.1) Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.

4.3 - Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

4.4 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicações em qualquer órgão da Imprensa Oficial. A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando reservado ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região o direito de exigir os originais para quaisquer verificações. A autenticação poderá ser feita mediante a apresentação do original à Comissão Permanente de Licitação.

4.5 - O CONCORRENTE que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades será inabilitado, salvo quanto aos documentos dispostos nos subitens 4.1.1 e 4.1.2, que poderão ser supridos pela consulta *online* ao *site* correspondente pela Comissão Permanente de Licitações, quando da abertura dos envelopes contendo a documentação.

4.6 - O CONCORRENTE deverá manter as condições de habilitação durante todo o processo licitatório.

5 - PROPOSTA

5.1 - As empresas interessadas no presente procedimento deverão apresentar a proposta de preços até a data e horário aprazados na página 1 deste EDITAL, em envelope opaco e sem sinais de violação.

5.2 - As propostas deverão ser apresentadas com a identificação do CONCORRENTE, redigidas com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, que possam comprometer o perfeito entendimento, devidamente datadas, assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo responsável ou procurador do CONCORRENTE devidamente credenciado, devendo delas constar os seguintes itens:

5.2.1 - **Dados completos do CONCORRENTE**, compreendendo razão social, nº do CNPJ, endereço, números de telefone, fax, celular, *e-mail* etc.;

5.2.2 - Remuneração mensal pelo uso da área cedida, não inferior a **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**,



além do pagamento das despesas discriminadas nas Cláusulas Quarta e Quinta do Anexo A - Minuta do Termo de Cessão de Uso.

5.2.3 - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data limite para apresentação das propostas nesta licitação.

6 - ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1 - Esta licitação será processada na seguinte conformidade:

6.1.1 - Representante Legal da Empresa:

6.1.1.1 - Só poderá deliberar em nome do CONCORRENTE um dos seus dirigentes contratuais ou estatutários, legalmente identificado, ou pessoa física habilitada que apresentar documento de procuração com fé pública, conferindo amplos poderes para tomar quaisquer decisões relativamente a todas as fases da licitação, inclusive renúncia de interposição de recursos, devendo ser por meio de:

6.1.1.1.1 - Instrumento particular de procuração, assinado pelo outorgante, com firma reconhecida em Cartório, ou

6.1.1.1.2 - Instrumento público de procuração.

6.1.1.1.3 - Documento de constituição da empresa, quando se tratar de sócio.

6.1.1.2 - A procuração deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitação na reunião de abertura, apartada do envelope, ficando retida para instrução do processo. Admitir-se-á cópia das referidas procurações desde que autenticadas por cartório competente.

6.1.1.3 - A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento impedirá o representante de se manifestar nas sessões e responder pelo CONCORRENTE.

6.1.1.4 - Cada CONCORRENTE poderá ter um único representante no ato licitatório que, por sua vez, poderá representar um único concorrente

6.1.1. 5 - Não será aceita, em hipótese alguma, a participação de empresa retardatária, a não ser como ouvinte.

6.2 - De todas as reuniões públicas, a Comissão Permanente de Licitação lavrará Ata circunstanciada, a ser assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes dos concorrentes presentes.

6.3 - Recebidos os envelopes, dar-se-á início à abertura em duas fases: fase de habilitação e fase de julgamento.

6.4 - FASE DE HABILITAÇÃO: Se assim o permitirem as circunstâncias, a Comissão Permanente de Licitação efetuará a conferência e o exame dos documentos contidos no envelope "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" na própria reunião de abertura. Caso contrário, realizará a conferência e o exame dos documentos em sessão reservada.

6.5 - Quando a documentação for analisada na própria reunião e estando presentes todos os representantes dos CONCORRENTES, a Comissão Permanente de Licitação divulgará o resultado da habilitação, e:

6.5.1 - Havendo desistência de todos os concorrentes da intenção de interpor recurso, mediante manifestação formal de todos, registrada em Ata, será dada continuidade à reunião, com a abertura dos envelopes "PROPOSTA"; ou



- 6.5.2 - Não havendo desistência de todos os CONCORRENTES da intenção de interpor recurso, a Comissão Permanente de Licitação abrirá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, contados a partir do primeiro dia útil subsequente àquele em que se realizou a reunião.
- 6.6 - Na hipótese de não estarem presentes à reunião de abertura dos envelopes “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” todos os representantes dos CONCORRENTES ou de a documentação ser analisada em sessão reservada, o resultado da fase de habilitação e a data da abertura dos envelopes “PROPOSTA” serão divulgados no Diário Oficial da União, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação.
- 6.7 - Caso não se proceda, na mesma sessão, à abertura dos envelopes “PROPOSTA”, estes serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes dos concorrentes que assim o desejarem, para posterior guarda em local seguro, de forma a garantir sua inviolabilidade.
- 6.8 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 6.9 - Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido desistência deste, ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, dar-se-á início à fase de julgamento, com a abertura dos envelopes “PROPOSTA” dos concorrentes habilitados.
- 6.10 - Serão devolvidos os envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação. Para tanto, ficam desde já notificadas as empresas inabilitadas a retirarem os seus envelopes “PROPOSTA” entre o 16º (décimo sexto) e 20º (vigésimo) dia útil subsequente ao final do processo licitatório. Os envelopes-proposta, no mesmo estado em que foram entregues, estarão disponíveis na Seção de Licitações, na Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, 7º Andar, Barra Funda, São Paulo/SP, nos dias úteis das 11:30 às 18 horas. Caso não sejam retirados dentro do prazo estipulado, os envelopes, e todo seu conteúdo, serão fragmentados.
- 6.11 - Abertos os envelopes “PROPOSTA”, todas as propostas serão rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes dos concorrentes presentes, após o que a Comissão Permanente de Licitação declarará encerrada a reunião, informando que as propostas serão analisadas posteriormente.
- 6.12 - O resultado será divulgado no Diário Oficial da União, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação.
- 6.13 - Na apreciação das propostas, serão observados os critérios de classificação e julgamento previstos no Título 7.
- 6.14 - Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido desistência deste, ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, o objeto da licitação será adjudicado ao CONCORRENTE vencedor, o qual será convocado para assinar o Termo na forma do item 11.1.
- 6.15 - Ultrapassada a fase de habilitação e abertos os envelopes “PROPOSTA”, não mais caberá desclassificar CONCORRENTE por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Para fins de julgamento das propostas será considerada a **MAIOR OFERTA AO PODER PÚBLICO**, conforme Anexo B deste Edital.

7.2 - Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

7.3 - Não serão consideradas propostas com alternativas, preço ou vantagem baseadas nas ofertas dos demais concorrentes, devendo os proponentes se limitarem às especificações deste Edital.

7.4 - Poderá ser desclassificada a proposta que seja omissa, vaga ou que apresente irregularidades capazes de dificultar o julgamento.

7.5 - Iniciada a sessão, não mais caberá desistência da proposta, cancelamento, retificações ou alterações nas condições estabelecidas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

7.6 - Os erros, equívocos e omissões havidos nas cotações serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da execução do objeto da presente licitação.

7.7 - A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do CONCORRENTE, das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

7.8 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio, em ato público para o qual todos os concorrentes serão convocados, vedado qualquer outro processo. Todos os concorrentes serão comunicados, formalmente, do dia, horário e local do sorteio.

7.9 - Decorridos 30 (trinta) minutos do horário marcado, sem que compareçam todos os convocados, o sorteio será realizado a despeito das ausências.

7.10 - Caso todas as propostas sejam desclassificadas, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª REGIÃO poderá fixar aos CONCORRENTES o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, excluídas as causas da desclassificação. Todos os CONCORRENTES serão comunicados, formalmente, do dia, horário e local da abertura dos novos envelopes. Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data de apresentação.

8 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

8.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital aquele que venha a apontar, fora do prazo legal, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.2 - Os recursos contra as decisões referentes a este processo licitatório deverão ser protocolados no Protocolo Administrativo deste Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, na Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, 1º Andar, Barra Funda, São Paulo/SP, nos dias úteis, no horário das 11h30 às 18 horas e seu encaminhamento à autoridade superior se dará por intermédio da Comissão Permanente de Licitação.

8.3 - O prazo para interposição de recurso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao da intimação.

8.4 - Não serão considerados os recursos interpostos fora do prazo legal.



8.5 - A Comissão Permanente de Licitação franqueará aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos ou impugnações e até o seu término, vista do processo de licitação em local, data e horário por ela indicados.

9 - DA ADJUDICAÇÃO

9.1 - Julgadas as propostas e homologado o resultado da licitação, proceder-se-á, à assinatura do Termo disposto no Título 11.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação e quaisquer outras irregularidades não justificadas, serão aplicadas, garantida a prévia defesa, as sanções administrativas de:

- a) suspensão do direito de licitar e contratar com o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região por até 2 (dois) anos (publicada em Órgão oficial);
- b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (publicada em Órgão oficial).

11 - DO TERMO DE CESSÃO

11.1 - Após a homologação da licitação, o CONCORRENTE VENCEDOR será convocado por escrito para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, retirar e devolver o Instrumento Contratual devidamente assinado por representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, na forma das Minutas apresentadas em anexo a este Edital, adaptada à proposta vencedora.

11.1.1 - A pessoa autorizada pelo adjudicatário a proceder à assinatura do Termo deverá obrigatoriamente apresentar, no ato, cópia do Estatuto Social. Caso o representante não seja sócio administrador ou proprietário, deverá apresentar, também, a procuração outorgada pela empresa.

11.1.2 - O prazo para assinatura do Termo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo concorrente vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

11.1.3 - Deverá ser apresentada Declaração assinada pelo representante legal da instituição, que irá representá-la durante a execução contratual, pelo **preposto** e seu **substituto**, com firmas reconhecidas e seus respectivos contatos (telefone, e-mail, endereço), conforme Anexo E.

11.2 - Incumbirá ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região providenciar a publicação do extrato do Termo no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

11.3 - A recusa injustificada do CONCORRENTE VENCEDOR em assinar o Termo dentro do prazo estabelecido, além de ensejar a aplicação das penalidades cabíveis mencionadas no Título 10, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar os concorrentes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.



11.4 - Os concorrentes remanescentes convocados na forma do item 11.3 que não concordarem em assinar o Termo, não estarão sujeitos às penalidades mencionadas no Título 10.

11.5 - Será exigido do concorrente vencedor, a título de perfeita execução do Termo, a apresentação, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação no Diário Oficial da União do instrumento, do comprovante de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado em uma das modalidades previstas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93 (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária).

12 - DA REMUNERAÇÃO

12.1 - O valor relativo à cessão deverá ser pago **até o dia 10 (dez) do mês subsequente** ao vencido e o relativo ao ressarcimento das despesas de acordo com o disposto no Termo.

12.2 - Os recolhimentos à União Federal deverão ser feitos em conformidade com o estabelecido na Minuta de Termo.

12.3 - A CESSIONÁRIA deverá apresentar ao CEDENTE recibo de depósito de pagamento em **até 05 (cinco) dias úteis** após o prazo acima estabelecido.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - As empresas participantes deverão manter atualizados seu endereço, *e-mail* e número telefônico junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. A impossibilidade de contato sujeitará a empresa às penalidades constantes no Título 10.

13.2 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF.

13.3 - O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público ou, ainda, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, não cabendo aos concorrentes o direito a indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada Lei.

13.3.1 - A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato.

13.4 - Simples omissões ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, a exclusivo critério da Comissão Permanente de Licitações, e que não causem prejuízo à Administração e aos CONCORRENTES, poderão ser relevadas.

13.5 - Os pedidos de informações, assim como os esclarecimentos prestados e as alterações, se houver, serão disponibilizados no *site* deste Regional, ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

13.6 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações, de acordo com a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

13.7 - A Comissão Permanente de Licitação não se responsabiliza por envelopes que não tenham sido entregues pessoalmente, protocolizados no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª REGIÃO, ou por via postal, com "AR" (Aviso de Recebimento).



13.8 - As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro Contrato.

13.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e se incluirá o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

13.10 - Na hipótese de não haver expediente na(s) data(s) prevista(s) para realização da(s) sessão(ões), ficará(ão) transferida(s) para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento normal deste Órgão, no mesmo horário anteriormente estabelecido.

13.11 - O presente Edital estará disponível no *site* deste Regional: www.trtsp.jus.br - opção "transparência" "licitações" – "licitações em andamento" e na Coordenadoria de Compras e Licitações, na Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, 7º Andar, Barra Funda, São Paulo/SP, nos dias úteis, das 11h30 às 18 horas.

13.12 - Se todos os CONCORRENTES forem inabilitados, a Administração poderá fixar-lhes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação, escoimadas das causas que ocasionaram as inabilitações ou as desclassificações, concorde com o art. 48, § 3º, da Lei n.º 8.666/93.

13.13 - O CONCORRENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da CONCORRENTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do Termo, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.14 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência** destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo. Os CONCORRENTES intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão responder, por escrito, no prazo determinado pela Comissão Permanente de Licitação, sob pena de desclassificação. Todas as comunicações deverão ser feitas por escrito.

13.15 - Todas as decisões referentes a este procedimento licitatório serão comunicadas aos CONCORRENTES mediante intimação, a qual poderá se dar nas próprias reuniões - se presentes todos os CONCORRENTES - ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União, salvo se diferentemente dispuser este Edital.

13.16 - Havendo discrepância entre disposições do Edital e de seus Anexos, quanto à disciplina de situações idênticas, prevalecerão as do Edital. Caso a discrepância ocorra entre os anexos, prevalecerá o que dispõe o Termo.

13.17 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da cidade de São Paulo/SP.

São Paulo, 18 de abril 2017.

André Ricardo Rodrigues Silva
Diretor Substituto da Secretaria de Processamento e
Acompanhamento de Contratos e Licitações



ANEXO A
MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE USO

CONCORRÊNCIA Nº 002/2017 – TERMO DE CESSÃO DE USO SPACL-CT Nº ____/2017

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI FAZEM O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO** E O BANCO _____ PARA USO DE ÁREA PÚBLICA CEDIDA A TÍTULO ONEROSO NO EDIFÍCIO SEDE DESTE TRIBUNAL DESTINADA À IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE POSTO DE ATENDIMENTO BANCÁRIO.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, Órgão do Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, CNPJ nº 03.241.738/0001-39, com sede na Rua da Consolação nº 1272, São Paulo/SP, representado neste ato por seu Desembargador Presidente, doravante designado simplesmente **CEDENTE** e, de outro lado, o Banco _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, por seu representante legal no final qualificado, doravante designada meramente **CESSIONÁRIA**, na presença de duas testemunhas, no final identificadas e assinadas, celebram o presente Termo de Cessão de Uso, em conformidade com o resultado da **Concorrência nº 002/2017**, devidamente homologado nos autos do referido processo, fundamentado na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes, na Lei nº 9.636 de 15/05/1998, no Decreto Federal nº 3.725 de 10/01/2000 e na Resolução nº 87 de 25/11/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como legislação aplicável, firmando o compromisso de cumpri-lo de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a Cessão Remunerada de uso de área pública a título precário e oneroso destinada à implantação e operação de posto de atendimento bancário, no imóvel de propriedade da União Federal, Edifício Sede deste Tribunal, livre de quaisquer ônus reais ou outro tipo de embaraços, situado na Rua da Consolação nº 1.272, 1º andar, São Paulo/SP, de acordo com as exigências deste instrumento e demais disposições da Concorrência Pública nº 002/2017 e em seus Anexos, bem como da proposta apresentada pela **CESSIONÁRIA**, documentos estes cujas disposições ficam fazendo parte integrante do presente, independentemente de transcrição.

Parágrafo Primeiro: O presente Termo fundamenta-se com base no disposto no artigo 20, da Lei nº 9.636, de 15.05.1998, no artigo 12, *caput*, inciso I e parágrafo único, no art. 13 do Decreto Federal nº 3.725, de 10.01.2000, bem como nos termos do Edital da **Concorrência nº 002/2017**.

Parágrafo Segundo: Nos termos do inciso VI, do art. 13 do Decreto Federal nº 3.725, de 10.01.2000, reafirma-se a precariedade da cessão advinda do presente instrumento, que poderá ser revogada a qualquer tempo independentemente de indenização, se caracterizado o interesse público.

Parágrafo Terceiro: A **CESSIONÁRIA** deverá ressarcir mensalmente as despesas gerais de vigilância, limpeza, manutenção de elevadores, geradores de energia elétrica, manutenção de ar condicionado, calculadas proporcionalmente à área cedida, qual seja, 0,26% (vinte e seis décimos por cento)



da área total. Já as despesas com consumo de energia elétrica serão integralmente suportadas pela **CESSIONÁRIA**.

Parágrafo Quarto: A ocupação da área dar-se-á a partir da publicação deste instrumento contratual no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA CESSÃO

A área total cedida, objeto deste Termo, mede 56m² (cinquenta e seis metros quadrados) e está localizada no 1º andar do Edifício Sede deste Tribunal, situado na Rua da Consolação nº 1.272, Consolação, São Paulo/SP.

Parágrafo Primeiro: Será efetuado relatório fotográfico do local a fim de registrar as condições de entrega da área cedida.

Parágrafo Segundo: A **CESSIONÁRIA** será responsável pela execução de todas as instalações e fornecimento de todos os equipamentos de segurança necessários, de acordo com as normas oficiais, bem como proverá os recursos humanos necessários à execução do objeto da presente contratação.

Parágrafo Terceiro: O estabelecimento funcionará de segunda a sexta-feira, exceto nos dias em que não houver expediente no Tribunal, com atendimento aos usuários das 10 às 16 horas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

São obrigações do **CEDENTE**:

- 1) Entregar a **CESSIONÁRIA** a área cedida em perfeitas condições de limpeza, conservação e completamente desimpedidas;
- 2) Permitir à **CESSIONÁRIA** a manutenção de vigilância armada no posto de atendimento bancário, e de acordo com as determinações vigentes dos órgãos de segurança do Estado;
- 3) Permitir à **CESSIONÁRIA** a retirada de suas instalações internas do posto de atendimento bancário, dos bens que forem de sua propriedade, tais como, balcões, guichês, móveis, utensílios e equipamentos, por ocasião da extinção deste Termo.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

A **CESSIONÁRIA** obriga-se a:

- 1) Utilizar a área cedida exclusivamente para o desenvolvimento das suas próprias atividades;
- 2) Manter sua regularidade fiscal e previdenciária durante toda a vigência deste Termo;
- 3) Prestar, ao **CEDENTE**, seus magistrados e servidores, advogados e tutelados da Justiça Trabalhista, na aludida dependência, serviços bancários específicos e gerais relacionados aos depósitos judiciais, tais como acolhimento, recepção e liquidação de alvarás de levantamento, recolhimento de custas, arrecadação de tributos, bem como depósitos em geral, ordens de pagamento, recolhimentos diversos e pagamento de proventos de magistrados e servidores do **CEDENTE**, mediante crédito em conta-corrente e outros mais que forem convencionados entre as partes contratantes;



4) Assumir as despesas com as instalações internas do posto de atendimento bancário, tais como, balcões, guichês, móveis, utensílios, equipamentos e pessoal necessários ao seu perfeito funcionamento, inclusive obtenção de licença e alvarás administrativos e autorizações concedidas pelo poder público para o exercício de sua atividade, com a obrigação de manter as validades desses documentos atualizadas durante o período de vigência do Termo;

5) Instalar, às suas expensas, em no máximo 30 (trinta) dias da publicação deste instrumento no Diário Oficial da União, relógio medidor bifásico de energia elétrica na área cedida;

6) Assumir inteira responsabilidade pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, arcando com as despesas necessárias à prevenção de incêndio que garantam os bens e valores seus e de terceiros sob sua responsabilidade, não cabendo ao **CEDENTE**, arcar por eventual avaria, desaparecimento ou inutilização desses bens e valores;

7) Assumir as despesas de telecomunicações oriundas do funcionamento do posto de atendimento bancário;

8) Acatar, através de seus prepostos, as normas administrativas e de segurança vigentes nos locais de trabalho do **CEDENTE**;

9) Solicitar autorização do **CEDENTE** sempre que necessitar executar qualquer serviço de reforma ou adaptação na área cedida nas dependências objeto deste instrumento, correndo por sua conta, as respectivas despesas;

10) Assumir inteira responsabilidade pelos serviços de limpeza e conservação da área cedida;

11) Assumir, por sua conta e exclusiva responsabilidade, o pagamento do consumo de energia elétrica, assim como todos os impostos, taxas, contribuições e multas federais, estaduais e municipais, decorrentes das suas atividades no local;

12) Fazer com que seus empregados somente permaneçam nas dependências do **CEDENTE** quando em serviço, ocasião em que se apresentarão portando crachá para pronta identificação;

13) Manter a disciplina no local cedido, adotando medidas que previnam ou reprimam, de forma eficaz, condutas prejudiciais de seus funcionários, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;

14) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais, respondendo integralmente por perdas e danos que vier a causar ao **CEDENTE**, à União ou a terceiros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, independente de outras cominações legais a que estiver sujeita. Arcará também, com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticadas por seus funcionários durante a execução dos serviços;

15) Não ceder, transferir ou sublocar, a quem quer que seja, no todo ou em parte, a área objeto desta cessão, bem como exercer atividade diversa da autorizada por este Termo;

16) Comunicar, por escrito, imediatamente, ao Fiscal do **CEDENTE**, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação prevista em sua proposta, para a adoção das providências cabíveis;

17) Exercer suas atividades de apoio em horário compatível com o de expediente do **CEDENTE**;



18) Manter, por seus próprios meios, as áreas e instalações dentro dos padrões de higiene, limpeza e organização;

19) Restabelecer a área da forma em que foi entregue, findo o Termo, conforme relatório fotográfico efetuado por ocasião de entrega da área cedida.

20) Assumir inteira responsabilidade pelo serviço de segurança, pelos riscos decorrentes de transporte, guarda de valores e documentos de sua propriedade ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECOLHIMENTOS

A remuneração mensal pelo uso da área cedida será de R\$_____,____ (_____), a ser recolhido até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, com apresentação do recibo de depósito de pagamento em até 5 (cinco) dias úteis ao **CEDENTE**, sob pena de incidência das penalidades dispostas neste Termo.

Parágrafo Primeiro: A **CESSIONÁRIA** deverá ressarcir mensalmente as despesas de energia elétrica decorrentes do funcionamento do posto de atendimento bancário, de acordo com a medição do consumo, mediante pagamento no prazo disposto neste Termo.

Parágrafo Segundo: A **CESSIONÁRIA** participará proporcionalmente no rateio das despesas com serviços de vigilância, limpeza e manutenção de elevadores, geradores de energia elétrica e manutenção de ar condicionado, e outras despesas pertinentes que possam advir, calculadas proporcionalmente à área cedida.

Parágrafo Terceiro: Os valores relativos às despesas citadas no parágrafo primeiro desta Cláusula deverão ser recolhidos em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento pela **CESSIONÁRIA** do montante enviado pelo **CEDENTE** e as despesas de que trata o parágrafo segundo deverão ser recolhidos no prazo de até 10 (dez) dias contadas da notificação do valor apurado pelo **CEDENTE**, a qual providenciará os recibos de depósitos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Quarto: Os recolhimentos ao **CEDENTE** referentes à remuneração e às despesas mencionadas nos parágrafos primeiro e segundo desta Cláusula serão realizados através da Guia de Recolhimento da União - GRU, a crédito da Conta Única do Tesouro Nacional, informando a **CESSIONÁRIA**, via internet, os dados necessários à emissão da referida Guia, que incluem o número do CNPJ e a Razão Social da **CESSIONÁRIA**, o valor e o objeto do crédito.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

O preço convencionado, nos termos da proposta homologada, será fixo pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta (___/___/___), admitindo-se, decorrido este prazo, o reajuste do valor mediante a aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Parágrafo Primeiro: Para o primeiro reajuste será considerado o índice acumulado no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e o mês anterior ao da incidência do reajuste.



Parágrafo Segundo: Para os reajustes subsequentes serão considerados os índices acumulados no período compreendido entre o mês de início da vigência dos novos valores e o mês anterior ao de suas incidências, respeitado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA: BENFEITORIAS

As adequações, bem como as obras de instalação e serviços extraordinários que se apresentem necessários à operação do estabelecimento, deverão ser submetidos à aprovação do **CEDENTE**, mediante projeto detalhado, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica recolhida, correndo as despesas decorrentes por conta da **CESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA OITAVA: MARCAS E DÍSTICOS

A **CESSIONÁRIA** poderá instalar na área cedida, mediante prévia aprovação do **CEDENTE**, dísticos e sinalizações de marca, desde que não contrariem o padrão de comunicação visual adotado pelo **CEDENTE**.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e a gestão serão realizadas com o acompanhamento do presente Termo e das eventuais penalidades e serão exercidas pelo **CEDENTE** por Servidores designados por Portaria da Diretoria Geral da Administração (Ato GP nº 26/2015), nominando-o e a seu substituto, a qual será juntada ao processo quando da sua publicação.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização encaminhará as ocorrências e informará a gravidade das infrações à Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações para o processamento das penalidades.

Parágrafo Segundo: Não obstante a **CESSIONÁRIA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, o **CEDENTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização do Termo.

Parágrafo Terceiro: A **FISCALIZAÇÃO** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas aos encargos da **CESSIONÁRIA**, determinando o que for necessário à sua regularidade.

CLÁUSULA DEZ: CONDIÇÕES GERAIS

A **CESSIONÁRIA** responderá pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho na execução dos serviços de instalação e/ou extraordinários contratados, bem como na operação do estabelecimento, e, ainda, do uso indevido de marcas e patentes e danos pessoais ou materiais causados ao **CEDENTE** ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: A **CESSIONÁRIA** se obriga a informar ao **CEDENTE**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação de finalidade ou da estrutura da empresa.

Parágrafo Segundo: É vedado à **CESSIONÁRIA** caucionar ou utilizar o presente Termo para qualquer operação financeira.



CLÁUSULA ONZE: GARANTIA CONTRATUAL

A **CESSIONÁRIA** deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados a partir da publicação no Diário Oficial da União do Termo, o comprovante de garantia, em uma das modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste Termo, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto.

Parágrafo Primeiro: A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Termo, ficando o **CEDENTE** autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão.

Parágrafo Segundo: Utilizada a garantia, a **CESSIONÁRIA** fica obrigada a integralizá-la no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for formalmente notificada pelo **CEDENTE**.

Parágrafo Terceiro: O valor da garantia somente será liberado pelo **CEDENTE** à **CESSIONÁRIA** após transcorrido o prazo de vigência contratual ou por ocasião da rescisão antecipada do Termo, desde que não possua obrigação inadimplida com o **CEDENTE**, e mediante expressa autorização deste.

Parágrafo Quarto: A **CESSIONÁRIA** deverá, sempre que necessário, revalidar a data de vencimento da garantia e integralizar o valor decorrente de eventuais acréscimos, assegurando a fiel execução contratual.

Parágrafo Quinto: Em caso de fiança bancária, deverão constar no instrumento os seguintes requisitos:

- a) prazo de validade correspondente ao período da vigência do Termo;
- b) expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento ao **CEDENTE** independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- c) expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos no art. 827 do Código Civil;

Parágrafo Sexto: Não será aceita fiança bancária que não atenda aos requisitos estabelecidos no Parágrafo anterior.

Parágrafo Sétimo: Em se tratando de seguro-garantia, a apólice deverá indicar:

- a) o prazo de validade correspondente ao período da vigência do Termo;
- b) que o seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CESSIONÁRIA**, até o valor da garantia fixado na apólice.

Parágrafo Oitavo: Não será aceita apólice que contenha cláusulas contrárias aos interesses do **CEDENTE**.

CLÁUSULA DOZE: VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União até o término do prazo de 60 (sessenta) meses, ou antes em caso de revogação.



CLÁUSULA TREZE: PENALIDADES

Os atos praticados pela **CESSIONÁRIA**, prejudiciais à execução do objeto, em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste Termo, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, serão a unidade fiscalizadora informará a gravidade da infração, sugerindo a aplicação à **CESSIONÁRIA**, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, das seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa moratória incidente sobre a remuneração mensal, conforme alíneas b.1 a b.3.

Após o prazo de 15 (quinze) dias de atraso, sem motivo justificado, este Termo poderá, a critério do **CEDENTE**, ser rescindido e aplicada cumulativamente a multa rescisória;

b.1) até 1% (um por cento) por dia de atraso no pagamento do valor da cessão remunerada, bem como das despesas e do rateio dispostos na cláusula quinta deste Termo.

b.2) até 1% (um por cento) por dia de atraso na instalação do relógio medidor de energia elétrica, conforme obrigação constante no item 5 da Cláusula Quarta;

c) até 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da garantia contratual, pelo atraso injustificado na sua entrega;

d) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor relativo à remuneração mensal, por fato que importe inexecução não relacionada a descumprimento de prazos ou enseje a rescisão do Termo;

e) Multa rescisória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor relativo à remuneração mensal ou do ressarcimento, por inexecução total ou parcial do Termo;

f) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o TRT - 2ª REGIÃO, por período não superior a 2 (dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro: Pelo atraso nos pagamentos, ao valor da remuneração e/ou ressarcimento será acrescido de juros de mora de 5% (cinco por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento, sem prejuízo da multa cabível.

Parágrafo Segundo: O não ressarcimento das despesas previstas nos parágrafos primeiro e segundo da Cláusula Quinta ensejam a inscrição da **CESSIONÁRIA** em Dívida Ativa da União e no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN).

Parágrafo Terceiro: A aplicação das penalidades ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto: As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, não terão caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a **CESSIONÁRIA** da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Parágrafo Quinto: As multas aplicadas à **CESSIONÁRIA** e os prejuízos por ela causados ao **CEDENTE** serão cobrados diretamente ou judicialmente.



Parágrafo Sexto: A **CESSIONÁRIA** deverá recolher as multas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento da notificação, por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, apresentando o comprovante de pagamento ao **CESSIONÁRIA**, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

Parágrafo Sétimo: As multas poderão também ser descontadas da garantia contratual. Se esta for insuficiente, além de sua perda, responderá a **CESSIONÁRIA** pela sua diferença, comprovando o recolhimento ao **CEDENTE**, na forma do parágrafo anterior.

CLÁUSULA QUATORZE: RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo **CEDENTE**, na hipótese de inexecução parcial ou total de suas cláusulas, conforme disposto no art. 77 da Lei nº 8.666/93, e nas situações previstas no art. 78, independentemente de qualquer interpelação.

CLÁUSULA QUINZE: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das penalidades previstas, bem como da rescisão unilateral deste Termo por ato do **CEDENTE**, caberá recurso, sem caráter suspensivo, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA ALTERAÇÃO DO TERMO

O presente Termo poderá ser alterado unilateralmente pelo **CEDENTE** ou por mútuo consentimento das partes, caracterizadas as hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA: DEZESSETE: DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo, que será registrado e arquivado pelo **CEDENTE**, terá seu extrato publicado na Imprensa Oficial, conforme o parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DEZOITO: DO FORO

Para as ações fundadas no presente Termo é competente a Justiça Federal desta Comarca.

Assim justas e contratadas, as partes e as testemunhas assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias do mesmo teor.

São Paulo, de de 2017.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 2ª REGIÃO

P/ CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO B
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
Concorrência Pública nº 002/2017

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Tel.:

Fax:

Cel.:

OPTANTE DO SIMPLES: () SIM () NÃO

Dados Bancários

Banco:

Agência:

C/C:

e-mail:

OBJETO: Cessão Remunerada de Uso de Área Pública a Título Precário, destinada à implantação e operação de posto de atendimento bancário, no Edifício Sede deste Tribunal, localizado na Rua da Consolação nº 1.272, São Paulo/SP.

| SERVIÇO | PREÇO TOTAL (60 meses) |
|--|------------------------|
| Cessão Remunerada de Uso de Área Pública a Título Precário, destinada à implantação e operação de posto de atendimento bancário. | |

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data disposta na página 01 do Edital.

São Paulo, ____ de _____ de 2017.

(Representante da Empresa)



ANEXO C

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região,

Que sou detentor de todas as informações necessárias e condições da área, conforme exigência do Edital, nada havendo a reclamar ou exigir, em etapa posterior, para a exata regularização e cumprimento das obrigações assumidas.

_____, ____/____/____
Cidade Data

Nome da empresa e CNPJ

Responsável pela empresa



ANEXO D

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MENOR

(Papel timbrado ou personalizado da empresa)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) Carteira de Identidade _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

* Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. (____)

* Em caso afirmativo, assinalar a ressalva.

Local e data

carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal



ANEXO E

CARTA DE PREPOSTO

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na Rua _____, vem indicar o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____, como **preposto titular** e o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____ como **preposto substituto**, conferindo-lhes poderes para representá-la durante a execução contratual.

São Paulo, __ de ____ de 2017.

(Assinatura do Representante legal com firma reconhecida em Cartório)

(Assinatura do Preposto com firma reconhecida em Cartório)

(Assinatura do Preposto Substituto com firma reconhecida em Cartório)

Obs.: Esta Carta de Preposto deverá ser entregue junto ao Termo de Cessão de Uso assinado, conforme item 11.1.3 do instrumento convocatório.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Concorrência Pública nº 002/2017

ANEXO F

PLANTAS